



Ata da audiência pública referente ao Projeto de Lei nº 31/2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cordeirópolis para 2021 e dá outras providências, realizada em 1º de dezembro de 2020.

No primeiro dia do mês de dezembro dois mil e vinte, após o término da sessão ordinária, foi realizada audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 31/2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cordeirópolis para 2021 e dá outras providências. Os convites para esta audiência foram publicados no "Jornal Oficial do Município" nas edições nº 1236, 1237 e 1239, dos dias 18, 20 e 27 de novembro de 2020. Estiveram presentes as pessoas que assinaram a lista incluída no processo. Abrindo a audiência, Renato Marcelo Mascarin, representante da prefeitura, disse que na semana passada não deu certo e vamos realizar hoje; que foi feita audiência antes na Prefeitura e agora deve ser feito na Câmara; disse que enviou projeto sem perspectiva de crescimento da receita no ano de 2021, em virtude da pandemia o ano foi muito difícil em termos de arrecadação; o Governo Federal ajudou um pouco ampliando os repasses de FPM, mas não foi suficiente para aumento da receita que era prevista em 2019; que a perspectiva é muito "pé no chão", a economia do País está numa situação complicada e isso reflete na arrecadação do município; mostrou quadro com previsão da receita para o ano que vem: Receitas Correntes: R\$ 24,857 milhões de impostos, taxas e contribuições de melhoria; R\$ 66 mil de receita patrimonial, R\$ 150 mil de receita de serviços, R\$ 142,8 milhões de transferências correntes, R\$ 2,244 milhões de outras receitas correntes, diminuindo R\$ 22,765 milhões de deduções para o Fundeb, totalizando R\$ 147,43 milhões. Quanto às receitas de capital, está previsto R\$ 1 milhão proveniente de alienação de bens e R\$ 4 milhões de transferências de capital, totalizando R\$ 5 milhões no total, o que dá um total da administração direta de R\$ 152,43 milhões. Disse que a prefeitura fechou ontem o mês de novembro com R\$ 141 milhões de arrecadação neste ano e dificilmente passará de R\$ 153 milhões, e assim estamos mantendo mesmo valor de 2020 para 2021, pois se isso acontecer, estaremos satisfeitos. Com relação à receita, o representante da prefeitura exibiu quadro onde consta os valores estimados de R\$ 6,75 milhões de IPTU, R\$ 1,2 milhões de ITBI, R\$ 11,274 milhões de ISSQN, R\$ 4,5 milhões de IRRF, R\$ 1,14 milhões de taxas e R\$ 66 mil de receita patrimonial; R\$ 24 milhões do FPM, R\$ 50 mil de ITR e R\$ 11,173 milhões de outras transferências da União; R\$ 84 milhões do ICMS, R\$ 5,2 milhões do IPVA e R\$ 15 milhões do Fundeb em forma de receita, sendo que o Município perde R\$ 22,765 milhões de deduções para o Fundeb para outras cidades, que é a terceira maior receita do Município. Estão previstas R\$ 3,455 milhões de outras transferências do Estado, R\$ 2,4 milhões de Demais Receitas, R\$ 1 milhão em alienação de bens, R\$ 4 milhões em transferência de capital, com, totalizando R\$ 152,43 milhões. Com relação ao SAAE está prevista a arrecadação de R\$ 7 milhões, sendo R\$ 30 mil proveniente de impostos, taxas e contribuições de melhoria, R\$ 6,8 milhões de receita de serviços e R\$ 170 mil de outras receitas correntes, consolidando um valor de R\$ 159,43 milhões, que entra de convênios, transferências e arrecadação própria. Com relação a despesa, no caso da Prefeitura, são R\$ 134,94 milhões de despesas correntes, R\$ 16,22 milhões de despesas de capital (investimentos e dívidas de precatórios) e R\$ 470 mil de reserva de contingência na administração direta. Com relação à administração indireta, estão previstos R\$ 7,709 milhões em despesas correntes e R\$ 91 mil em despesas de capital, com a previsão de repasse da Prefeitura de R\$ 800 mil, totalizando R\$ 159,43 milhões, sendo R\$ 142,65 milhões de despesas correntes e R\$ 16,3 milhões em despesas de capital; que o repasse da prefeitura ao SAAE este ano foi de R\$ 1,1 milhão. Com relação às unidades orçamentárias, foi exibido quadro onde mostra R\$ 4,6 milhões para a Câmara Municipal, R\$ 35,668 milhões para a Saúde, R\$ 44,277 milhões para a Educação, R\$ 6 milhões para a Secretaria da Mulher e do Desenvolvimento Social, R\$ 9,8 milhões para Obras e



Planejamento, R\$ 1 milhão para o Desenvolvimento Econômico, R\$ 11 milhões para Governo e Segurança Pública, R\$ 669 mil para a Procuradoria Geral do Município, R\$ 8,23 milhões para Finanças e Orçamento, R\$ 3,1 milhões para Administração, R\$ 4,284 milhões para Secretaria de Justiça e Cidadania, R\$ 3,567 milhões para Cultura e Turismo, R\$ 3,625 milhões para Esportes e Lazer, R\$ 969 mil para o Meio Ambiente, R\$ 12,231 milhões para Serviços Públicos e R\$ 2,15 milhões para o Gabinete do Prefeito. Para o SAAE está previsto R\$ 7,8 milhões e R\$ 470 mil para a Reserva de Contingência, totalizando R\$ 159,43 milhões. Disse que a proposta foi discutida com os secretários analisando a execução orçamentária de 2019 e 2020, fazendo a previsão de gastos. Com relação à Educação, foi exibido quadro informando que na educação infantil se prevê a aplicação de R\$ 7,742 milhões, no Ensino Fundamental R\$ 14,3 milhões e as retenções do Fundeb são R\$ 22,745 milhões, totalizando R\$ 44,796 milhões, superior em R\$ 10.006.000,00 à aplicação mínima obrigatória, o que representa um percentual de 32,19%, quando o mínimo seria 25%. Com relação à Saúde, a previsão é a aplicação de R\$ 8,1 milhões na Atenção Básica, R\$ 13,69 milhões na Média e Alta Complexidade, R\$ 2,3 milhões na Assistência Farmacêutica e R\$ 5 milhões no Suporte Administrativo, totalizando R\$ 29,166 milhões, aproximadamente R\$ 8,5 milhões superior à aplicação mínima obrigatória, o que representa 21,21%. Com relação aos gastos com pessoal, a Receita Corrente Líquida é de R\$ 154,430 milhões, sendo que as despesas com pessoal são de R\$ 78,628 milhões, com dedução de indenizações de R\$ 2,056 milhões, totalizando R\$ 76,572 milhões, o que representa 49,58%, bem abaixo do limite prudencial de 51,30% e do limite de 54%; que este sempre foi um problema crônico do Município, e nos últimos quatro anos o valor foi reduzido e continuaremos a nos esforçar para reduzir. Com relação aos investimentos, foi mostrado quadro indicando R\$ 1,5 milhão no hospital, R\$ 800 mil em Chromebooks, R\$ 500 mil em uma creche, R\$ 800 mil para AVCB em escolas de ensino fundamental e R\$ 300 mil nas nascentes. Em obras, está previsto R\$ 1 milhão como contrapartida do prolongamento da Avenida Presidente Vargas, R\$ 800 mil para continuação da iluminação com lâmpadas LED, R\$ 700 mil para o Anel Viário e R\$ 5 milhões em complementação para a construção da nova represa, sendo R\$ 1 milhão na Fonte 1 (recursos próprios) e R\$ 4 milhões na Fonte 5 (Governo Federal). Para a ampliação do "Programa Comida na Mesa" da Secretaria da Mulher e do Desenvolvimento Social, está previsto R\$ 1 milhão; para a ampliação e reforma do Cordeiro Clube R\$ 1 milhão, R\$ 3 milhões para as pessoas cadastradas no "Programa Meu Pedaco de Chão" e R\$ 700 mil para reforma dos estádios municipais, totalizando R\$ 17,1 milhões em investimentos. Disse que agora irá ouvir as dúvidas e questionamentos dos presentes para que possa responder. O vereador Anderson Hespanhol disse que já encontrou de onde vai tirar recursos para suas emendas, pois não há motivo para este investimento, pois o local não está sendo utilizado, frisando que está lutando pela representatividade dos vereadores através das emendas impositivas, conforme estipulado pela Constituição Federal, que é 1,2% e que agora foi passado para 0,3%; que só haverá R\$ 470 mil para trabalhar, ou seja, R\$ 52 mil por vereador, sendo 50% para a Saúde, lembrando da parceria que deu certo com as entidades, onde conseguiu zerar a fila de cirurgias com as emendas, lembrando que nos parâmetros anteriores seria R\$ 200 mil, perdendo um quarto do total e, com o fim do mandato, muitos querem beneficiar as entidades e a área da Saúde, dificultando o trabalho e a representatividade dos vereadores. Falou que tem R\$ 2,3 milhões em Assistência Farmacêutica; lembrou que trabalha com o Orçamento do Executivo em parceria, e que o seu valor é específico para atender as pessoas com problemas graves e tentar diminuir problemas com as licitações; falou que sua emenda deixa um pequeno valor para que as pessoas não tenham descontinuidade no tratamento; frisou que a parceria com a Santa Casa está dando certo, incentivando os 27



municípios para que façam o mesmo que ele faz com sua emenda para um atendimento de melhor qualidade; que é um valor simbólico e que abre portas para os cidadãos cordeiropolenses em emergências e cirurgias eletivas. Disse estar "de mãos atadas" com os valores citados, destacando a parceria com a Santa Casa que deu certo e que num ano de pandemia não tem sentido fazer um "novo Cordeiro Clube" em um novo que já tinha sido reformado e que não é utilizado; que não está interferindo no planejamento do Executivo, não é partidário e acha que este é o local que pode ser retirado dinheiro para a continuidade das parcerias entre a Câmara e as entidades. O representante da Prefeitura disse que vivemos em um país democrático e a proposta pode ser mudada, dizendo-se contente com a presença de pessoas nas audiências públicas. Falou que fez audiência na Prefeitura com uma pessoa e apresentou a proposta no dia 28 de setembro; que tem tentando convocar para as pessoas participem e reivindiquem seus direitos. Com relação à diminuição do valor da emenda impositiva, a discussão vem sendo feita desde 2017, já que a Assembleia Legislativa fez a Emenda Constitucional nº 45 que definiu o percentual de 0,3% para as emendas impositivas em nível estadual, confrontando com o disposto nas Emendas Constitucionais nº 86 e 100, que definia em 1,2%, que era aplicado no Município; que mandou proposta neste sentido entre 2018 e 2020, sendo que a proposta para 2021 não poderia haver risco, pois o Município deveria ter regulamentado o valor das emendas impositivas através de uma Emenda à Lei Orgânica; disse que nada está determinado ou fechado, com várias opções: 1) uma emenda na Lei Orgânica estipulando o percentual de 1,2% para as emendas impositivas que deverá ser obedecido pelo Executivo; 2) emenda aos artigos da lei determinando que valor seja de 1,2%, que poderá ser vetado pelo Prefeito; 3) emendas de bancadas e individuais que podem ser vetadas. Se os vereadores fizerem este tipo de emenda aumentando os recursos dificilmente ela será vetada, lembrando que não será diminuído o repasse para as entidades, sendo que algumas já enviaram os Planos de Trabalho, com os valores dimensionados, dizendo que as entidades não precisam ficar preocupadas, podendo sugerir aos vereadores o uso de emendas "de bancada" e das impositivas; disse que sempre foi defensor das entidades, repassando o dinheiro para elas quando o processo chega na sua mão; disse que existem muitas ações que precisam ser feitas, considerando importante que outras partes da comunidade tivessem o mesmo interesse. Perguntou se representantes de entidades tinham algo a questionar. O vereador Geraldo Botion disse que a situação é difícil, pois há previsão de uma dificuldade muito grande para a sobrevivência das entidades no próximo ano e a previsão está em pouco mais de R\$ 50 mil para as emendas impositivas. O representante da Prefeitura disse que as entidades continuarão a receber os valores atuais, somando os originais da Prefeitura e os adicionados pelas emendas impositivas, dizendo que os valores podem ser aumentados pelos vereadores através de "emendas de bancada" e "emendas individuais". Disse que elaborou o orçamento pensando que as entidades seriam as mais prejudicadas e por isso decidiu que as entidades irão continuar a receber os valores que estavam tendo. Frisou que diminuiu o valor disponível aos vereadores e que o valor atual pode ser usado para atingir outra melhoria para a comunidade. Citou que o vereador Laerte repetiu uma emenda de um ano para outro, com a reforma do Lago União e no Centro Esportivo do Jardim Progresso. Pediu que os vereadores entendam que o Executivo tenta tratar as coisas de uma forma bem tranquila para atender as reivindicações das emendas impositivas. Disse que foram feitas emendas que não tinham justificativas, objetivos e valores identificados, citando exemplo em que se reservou recursos para a reforma de uma escola ou creche, sendo que o Executivo precisa saber se há projeto, se o valor é adequado para a obra e qual o local que precisa ser reformado, pois a emenda pode ser devolvida ao vereador ou informar que ela não pode ser executada por motivos técnicos e a destinação deve



ser mudada. Pediu aos vereadores que entendam a existência da parte técnica e política, pediu bom senso e se colocou à disposição para elaboração de emendas impositivas no valor de R\$ 25 mil de forma bem montada e bem estruturada para que elas não se percam e que os vereadores que não se reelegeram terão direito de acompanhar a execução de sua emenda, colocando-se à disposição para ajudar aos vereadores e assessores; disse que os vereadores estão à vontade para alterar através de emenda, seja individual ou de bancada, discutindo a questão do valor do percentual da emenda impositiva, pedindo aos vereadores que irão continuar que abordem a questão no início da legislatura, colocando-se novamente à disposição. Márcia Carron disse que chamou sua atenção a preocupação dos vereadores com relação ao percentual, lembrando a necessidade das entidades que foi entendida pelos vereadores, onde elas falaram sobre seu trabalho que às vezes está invisível. Manifestou sua gratidão aos vereadores que atenderam as entidades, dizendo-se feliz sobre a questão do percentual para as entidades; falou sobre seu momento atual na qualidade de Secretária da Mulher e do Desenvolvimento Social, sobre o bom relacionamento com as entidades assistenciais e a luta para sua manutenção e oferecimento de serviços com qualidade à população. Falou que as entidades puderam melhorar e ampliar seus serviços por conta da destinação das emendas dos vereadores; que sem as entidades o Poder Público não daria conta dos investimentos e elas representam uma parceria muito importante, que permitem desenvolver um trabalho com qualidade e atender a todos os objetivos; disse que este ano foi muito difícil, tem que acompanhar a execução financeira e conversou sobre as dúvidas e incertezas com a pandemia, com a preocupação da manutenção dos serviços essenciais. Agradeceu a sensibilidade dos vereadores deste mandato em entender as necessidades das entidades, que tiveram muito apoio e isso refletiu em um melhor atendimento, substituindo as promoções que eram feitas anteriormente. Parabenizou as entidades pelos serviços prestados e pela união entre elas, onde ninguém fala por si próprio, pois também é voluntária na ACESAC e que os Planos de Trabalho estão chegando à Secretaria, pedindo a bênção de Deus a todos. Renato Mascarin disse que tudo isso ocorreu porque as entidades se interessaram e trabalharam para isso. Liliane Della Coletta disse que as entidades foram bastante apoiadas e trabalharam para oferecer um serviço de excelência; falou que participa das reuniões da APAE e é elogiada pela prestação de serviços devido à crescente profissionalização das entidades na cidade. Que tudo melhorou no decorrer dos quarenta anos, inclusive na área de políticas públicas para fortalecimento e profissionalização em busca de um serviço de excelência para seus atendidos. Disse que a APAE está em processo de certificação do AVCB e está feliz apesar do momento difícil devido ao atendimento dos casos mais sérios, torcendo que tudo passe pois as atividades fazem falta, já que o atendimento não deixou de ser oferecido e que é difícil explicar a situação para quem tem deficiência intelectual, num momento de angústia, tristeza e esperança, pois é muito difícil para uma entidade construir e manter, e os recursos permitem que se pensem em novas propostas de inclusão; que os voluntários são importante, mas outros profissionais também são necessários, pois sua entidade abre às 6h30 e fecha às 17h30, agradecendo pela sensibilidade em contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. O representante da Prefeitura informou que as entidades precisam ser preparar para a Fase 5 da AUDESP, para que se pense muito bem na elaboração do Plano de Trabalho, pois se houver problema haverá risco de não receber mais recursos do Município, evitando colocar valor exorbitante que não será usado ou de forma irregular. Liliane Della Coletta disse que a equoterapia foi impedida de funcionar por causa da pandemia, o dinheiro está lá e não pode ser usado. Com relação a isto, o representante da Prefeitura disse que pode isto ser reprogramado, respondendo que a emenda impositiva deve ser executada até o final do ano em que foi concedida. Sugeriu usar para alguma coisa na entidade, exemplificando que pode ser



reformada uma sala para permitir a implantação de equipamentos, como de musculação ou ar condicionado. Márcia Carron disse que precisa ser feita uma reunião para abordar o problema da aplicação das verbas. Anderson Hespanhol disse que sabe que a Lei Orgânica tem que ser mudada, mas é a Constituição Federal que os ampara, pois alguns vereadores vão sair e querem deixar seu legado, sem apresentar emendas inócuas, pois as impositivas permitem ao vereador mostrar seu trabalho para a comunidade, de forma obrigatória. Renato Mascarin sugeriu utilizar-se de pareceres jurídicos para apresentar emendas no percentual original. Anderson Hespanhol disse que o assunto vem sendo discutido nas últimas sessões e a Presidente está conversando com o Executivo sobre o assunto, aguardando a audiência para iniciar as discussões. Renato Mascarin sugeriu que isso seja feito dentro da comissão. Laerte Lourenço disse que tem um olhar muito caridoso com as entidades e a emenda impositiva é um recurso palpável e para o ano que vem teve um déficit considerável, que cada vereador tem uma visão de uma parte do município e que, infelizmente os vereadores ficam impossibilitados em trabalhar em função do seu compromisso com diversas áreas da cidade, destacando os investimentos realizados a partir de suas emendas, como a praça do Jardim São Francisco e a ampliação do Lago União. Disse que é necessário ser reunir e verificar, dentro da distribuição de valores, onde pode ser mexido, após a redução dos valores das emendas impositivas, pois o atendimento não seria de forma ágil e eficaz, pois sua emenda para a reforma do Centro Esportivo do Jardim Progresso não utilizada da forma como propôs e precisamos fazer alguma coisa dentro dos recursos que foram destinados para o ano que vem. Renato Mascarin disse que o vereador fez uma emenda individual que não foi vetada. Anderson Hespanhol frisou a manifestação de seu colega sobre os compromissos dentro do mandato e o seu legado. O representante da Prefeitura disse que as entidades serão cuidadas pela Prefeitura e que os vereadores podem atender outras necessidades, como saúde, trânsito, saneamento ou esporte; pediu para que os vereadores definam corretamente quais as dotações que serão anuladas e que as emendas tenham condições de serem executadas. Anderson Hespanhol ressaltou a expressão "Novo Cordeiro Clube" e que está previsto um valor muito pequeno para o Anel Viário, que tem por objetivo desviar o tráfego de caminhões pesados pela cidade. Renato Mascarin colocou-se à disposição dos vereadores. Antonio Marcos disse que fez uma emenda para reforma de uma pista de skate, mas a empresa que seria contratada não teria condições de emitir uma nota fiscal, dizendo que foi a única coisa que não foi executada, sugerindo que o recurso seja destinado para uma outra ação a ser realizada até dia 31. Antonio Marcos disse que logo terá o orçamento e o representante da Prefeitura sugeriu encaminhar a documentação o mais rápido possível, questionando o vereador Anderson Hespanhol sobre a execução de suas emendas. Geraldo Botion disse que demorou um ano e precisou brigar muito para que sua emenda pudesse ser executada, dizendo que isso não poderia acontecer com um valor pequeno de R\$ 30 mil visando preservar um local histórico, onde a cidade praticamente começou. Reclamou da falta de atendimento a suas emendas durante este ano. O representante da Prefeitura disse que fica muito difícil executar uma emenda que não está adequadamente detalhada. Geraldo Botion disse que a execução de uma obra não depende do vereador e da Câmara, mas da Prefeitura, dizendo que não faria mais emendas impositivas para obras, pois o desgaste emocional em função das dificuldades de execução foi muito grande, dizendo que continuará a colaborar para que as coisas sejam feitas. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a audiência, da qual foi feita esta ata por mim,

Paulo César Tamiazo, Analista Legislativo, para registro dos trabalhos.

Cássia de Moraes - Presidente